

TAG 15 NST_UFCD 0575
CADERNO DE ANÁLISE

I R S

Maria Ricardina da Purificação da Silva e Rocha Gama_ Nº 14

Lisboa_2021

Índice

1. INTRODUÇÃO	3
2. OS IMPOSTOS.....	4
3. DIREITO FINANCEIRO, TRIBUTÁRIO E FISCAL	5
3.1. DIREITO FINANCEIRO	5
3.1.1. Tipos de Receitas Públicas	5
3.2. DIREITO TRIBUTÁRIO	5
3.2.1. Tipos de Tributo	5
3.3. DIREITO FISCAL.....	5
4. O Imposto.....	6
4.1. Funções do Imposto	6
4.2. As Fases do Imposto.....	7
4.2.1. Incidência.....	7
4.2.2. Lançamento	7
4.2.3. Liquidação	8
4.2.4. Cobrança.....	8
4.2.4.1. Modalidades de Cobrança	8
4.3. Classificação dos Impostos.....	8
5. Caraterização/Funcionamento do Imposto	9
5.1. CARATERIZAÇÃO DO IRS.....	9
5.1.1. Incidência.....	9
5.1.2. Categorias de Rendimento.....	10
5.1.3. Apuramento do Imposto	11
5.1.4. Aplicação de Taxas ao IRS.....	12
6. CONCLUSÃO	12
7. Referências	12

1. INTRODUÇÃO

O IRS, imposto sobre o rendimento de pessoas singulares é um processo de tributação global, direto e pessoal. É caracterizado pela sujeição da totalidade dos rendimentos anuais individuais a uma única tabela de taxas escalonadas progressivamente. Os sujeitos passivos deste imposto são as pessoas físicas.

É o imposto mais conhecido e um dos que tem mais impacto na vida de todos os contribuintes.

A primeira tributação do rendimento em Portugal ocorreu em 1641 aquando da criação da décima militar.

A décima militar era um imposto extraordinário segundo o qual, todos os cidadãos tinham de disponibilizar 10% de todos os seus bens com o objetivo de contribuir para as despesas de guerra realizadas por ocasião da Guerra da Restauração de 1640-1668.

Entre 1962 e 1965, a medida que o sistema fiscal evoluiu, o Governo sentiu a necessidade de criar um imposto sobre o rendimento em Portugal, mas só com a reforma fiscal de 1988 é que o IRS foi criado juntamente com o IRC - o imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas.

O IRS é um imposto:

- direto, porque incide sobre o rendimento;
- global ou de base mundial porque tributa a totalidade dos rendimentos dos residentes em território nacional, independentemente da geografia onde foram obtidos. Por outro lado, o IRS também incide sobre os não residentes pelos rendimentos obtidos em Portugal;
- pessoal porque tem em consideração a situação económica e social do contribuinte e do seu agregado familiar;
- progressivo porque tributa em função da capacidade contributiva de cada contribuinte. Por esse motivo, o IRS está organizado em escalões, ou seja, quanto maior é o nível de rendimento do sujeito passivo, maior será a taxa de imposto que incidirá sobre o mesmo.

O IRS, tal como outros impostos está subordinado ao princípio da legalidade¹, ao princípio da capacidade contributiva² e ao princípio da proteção da família³.

É importante conhecer e estudar o funcionamento deste imposto para um planeamento adequado das finanças pessoais.

¹ Exige que os impostos tenham base legal.

² Implica o igual pagamento de impostos perante igual capacidade contributiva.

³ Impede a discriminação desfavorável dos contribuintes casados com filhos em relação aos solteiros ou sem filhos.

2. OS IMPOSTOS

Os grandes princípios orientadores do sistema tributário português encontram-se refletidos na Constituição da República. A este respeito, a Constituição assume como principal finalidade a arrecadação de receita por parte do Estado.

Em virtude da integração Europeia, o Direito Fiscal Europeu tem cada vez maior importância no ordenamento jurídico-fiscal português.

O Estado e as várias entidades públicas para atingirem os seus objetivos, têm necessidades económicas cuja realização implica despesas, as chamadas despesas públicas.

Por isso, desenvolvem ações tendentes à obtenção dos meios económicos – receitas públicas – capazes de assegurar a satisfação das suas necessidades e ao mesmo tempo empregar corretamente os meios obtidos sem, no entanto, descuidar os objetivos de natureza extrafiscal, nomeadamente a justa repartição dos rendimentos e da riqueza pelos cidadãos.

Essas receitas podem ser voluntárias ou coativas. Nas receitas voluntárias ou de direito privado, o Estado intervém em pé de igualdade com qualquer outro particular. São as receitas patrimoniais.

As receitas coativas ou de direito público, são autoritariamente fixadas pelo Estado, através da lei (*taxas, impostos, multas, coimas*).

Logo, o imposto é uma prestação obrigatória, pecuniária, unilateral, estabelecida por lei a favor do Estado ou outra entidade de direito público, para a realização de fins públicos e não constitui sanção de um ato ilícito.

A principal função dos impostos é a transferência monetária. O imposto é sempre fundamental para o Estado, o que torna, a tributação, uma ferramenta chave da política, disponível em diferentes variantes.


Inicialmente, a justiça, a simplicidade e a neutralidade eram os preceitos de uma boa tributação. Estas considerações foram muito importantes, quando o imposto não era considerado uma questão económica. Atualmente, tais preceitos são questionados e, contrário do que era defendido, a política fiscal é, muitas vezes, usada para influenciar o comportamento do consumidor ou para influenciar o mercado em determinado ponto ou setor que a autoridade considere necessário.

3. DIREITO FINANCEIRO, TRIBUTÁRIO E FISCAL

3.1. DIREITO FINANCEIRO

O Direito Financeiro é o conjunto de normas reguladoras da atividade financeira do Estado. A atividade financeira do Estado é a acção que desenvolve no sentido de realizar despesas públicas e de promover a obtenção dos meios (receitas) indispensáveis à cobertura das referidas despesas. A sua elaboração é denominada Orçamento do Estado.

3.1.1. Tipos de Receitas Públicas

- Patrimoniais – resultantes da venda do património do Estado
 - Empréstimos Públicos – Títulos de Tesouro
 - Os Impostos – 95 % do Orçamento do Estado
 - Taxas – Em troca de um serviço
- 
- RECEITAS
TRIBUTÁRIAS**

3.2. DIREITO TRIBUTÁRIO

O **Direito Tributário** é o conjunto de normas que regulamentam ou disciplinam os tributos.

3.2.1. Tipos de Tributo

- Impostos
- Taxas
- Contribuições Especiais
- Contribuições para Despesa
- Licenças (construção, portagens, etc.)

3.3. DIREITO FISCAL

O **Direito Fiscal** é o conjunto de normas jurídicas que regulam a obtenção das receitas por via do imposto.

O Direito Fiscal é autónomo, tem leis próprias, tem um conjunto de diplomas que lhe conferem autonomia.

Entretanto, embora seja autónomo, o Direito Fiscal necessita do respaldo dos outros ramos de Direito para aplicar cabalmente as suas normas.

Assim, o Direito Fiscal relaciona-se com os seguintes ramos do Direito: Direito Administrativo (*Público*), Direito Privado (*Direito Civil, Direito Comercial e Direito do Trabalho*), Direito Processual (*Processo Civil, Contencioso Tributário*), Direito Penal, Direito Constitucional e Direito Internacional.

A Lei é a principal fonte do Direito Fiscal⁴.

3.3.1. Codificação no Direito Fiscal

- LGT – Lei Geral Tributária
- CPPT – Código de Procedimento e de Processo Tributário
- RGIT – Regime Geral das Infrações Tributárias
- EBF – Estatuto dos Benefícios Fiscais
- CIRS – Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares
- CIRC – Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas
- CIVA – Código do Imposto sobre o Valor Acrescentado
- RITI – Regime do IVA nas Transações Intracomunitárias
- CIS – Código do Imposto do Selo
- CIMI – Código do Imposto Municipal sobre Imóveis
- CIMA – Código do Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis
- RCPIT – Regime Complementar do Processo de Infração Tributária

4. O Imposto

4.1. Funções do Imposto

Existem três funções fundamentais do imposto, a saber:

- **função fiscal:** o Estado realiza a satisfação das suas necessidades → lançamento de um imposto aplicável a todos com a mesma taxa
- **função social:** o Estado procura corrigir a distribuição de riquezas e os seus efeitos → imposto proporcional às possibilidades dos contribuintes
- **função económica:** o Estado tenta intervir no mundo económico → imposto sobre as importações

⁴ N.ºs 1, 2 e 3 do Artigo 103.º da Constituição da República Portuguesa

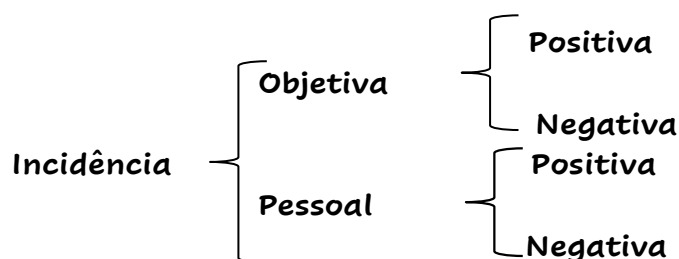
4.2. As Fases do Imposto

Para que exista um imposto, é necessário que exista :

- um bem ou uma situação sobre o qual ou a qual recaia ou incida e que corresponde um determinado valor (Matéria Coletável);
- uma pessoa a quem deva ser exigido o seu pagamento (devedor, contribuinte, sujeito passivo do imposto) e
- uma taxa que permita determinar o montante da prestação a pagar.

Existem quatro fases do imposto: a incidência, o lançamento, a liquidação e a cobrança.

4.2.1. Incidência



A incidência é a definição geral e abstrata, feita pela lei, dos atos ou situações, sujeitos a imposto e das pessoas sobre as quais recai o dever de o prestar.

A incidência pode ser:

- **Real ou objetiva:** fase da vida do imposto através da qual se define em termos gerais e abstratos, o que é tributável e quem é tributado.
- **pessoal ou subjetiva:** fase que define o sujeito passivos desse imposto. O Sujeito Passivo do Imposto é a pessoa a quem a lei impõe o pagamento do imposto e, pode ser uma pessoa singular ou coletiva, de direito público ou privado, nacional ou estrangeiro.

4.2.2. Lançamento

O **Lançamento** é o conjunto de operações de natureza administrativa efetuadas pela Administração Fiscal ou pelos próprios sujeitos passivos (autoliquidação), tendo como objetivo a identificação do sujeito e em especial, os elementos que vão determinar a matéria coletável desse sujeito.

O Lançamento também pode ser da iniciativa de terceiros mediante delegação dos direitos e deveres do sujeito passivo

4.2.3. Liquidação

A **Liquidação** é a fase que consiste na aplicação da taxa do imposto à matéria coletável para determinação da coleta, ou seja, é o apuramento do montante do imposto a pagar ou a receber.

4.2.4. Cobrança

A **Cobrança** é a fase pela qual se extingue a obrigação tributária e que consiste na entrada do montante do imposto nos cofres do Estado.

4.2.4.1. Modalidades de Cobrança

- **Cobrança Voluntária** - efetuada nos prazos estabelecidos nas leis tributárias.
- **Cobrança Coerciva** - quando o pagamento não é realizado dentro prazos estabelecidos, havendo lugar à instauração de um processo de execução fiscal e ao pagamento de juros de mora.

4.3. Classificação dos Impostos

São vários os critérios em que se baseiam as classificações dos impostos.

Quanto ao sujeito ativo

- Impostos Estaduais → o Estado é o sujeito ativo
- Impostos não Estaduais → o sujeito ativo é outra entidade pública e não o Estado

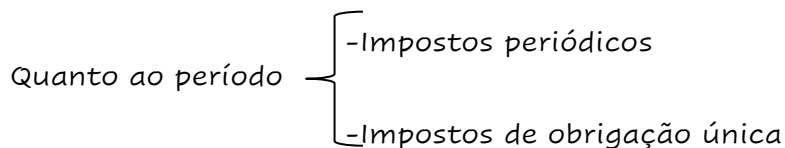
Este critério tem por base a natureza do sujeito ativo da obrigação tributária. Nos Estaduais estão incluídos os locais e centrais, desde que o sujeito ativo seja o Estado, independentemente do âmbito da aplicação territorial do imposto.

Quanto ao aspeto Económico

- Imposto Direto → imposto sobre o rendimento ou o património
- Imposto Indireto → imposto sobre o consumo ou a despesa

Exemplo de Impostos diretos: **IRS** - tributa o rendimento de pessoas singulares; **IRC** - tributa o rendimento de pessoas coletivas; **IMI** - tributa o património; **IMT** - tributa a aquisição do património; **IS (Imposto Selo)** - imposto direto quando tributa a aquisição de um imóvel; **IUC** -tributa o património.

Exemplo de Impostos indiretos: **IVA**; **ISP (Imposto sobre o petróleo)**; **IT (Imposto sobre o tabaco)**; **a maior parte dos impostos sobre o consumo**; **IS (Imposto Selo)** é imposto indireto quando tributa a despesa

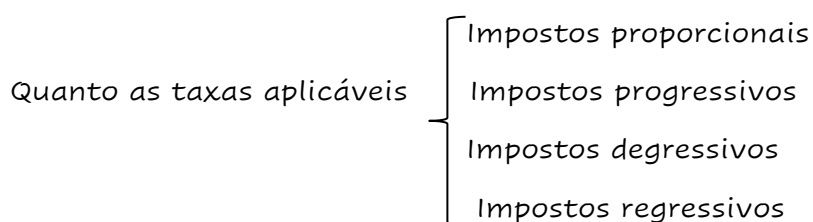


Exemplos:

IMT – Imposto de obrigação única; **IS** – Imposto de obrigação única; **IVA** – Imposto de obrigação única; **ISP** – Imposto de obrigação única; **IT** – Imposto de obrigação única.

IRS – Imposto periódico; **IRC** – Imposto periódico; **IMI** – Imposto periódico; **IUC** – Imposto periódico

Impostos proporcionais, impostos progressivos, impostos degressivos e impostos regressivos



Em suma, temos:

- Impostos sobre o Rendimento (IRS e IRC) – incidem sobre os rendimentos;
- Impostos sobre o Património (IMI) – incidem sobre a riqueza adquirida;
- Impostos sobre a Despesa – incidem sobre a riqueza. São impostos gerais sobre a despesa (IVA) ou de impostos especiais sobre a despesa (*imposto sobre o consumo de tabaco por exemplo*).

5. Caraterização/Funcionamento do Imposto

5.1. CARATERIZAÇÃO DO IRS

Como vimos anteriormente, o IRS é um imposto sobre o rendimento, o que significa que a base económica, ou seja, o alvo de tributação do IRS é o rendimento em detrimento das outras formas de manifestação de capacidade contributiva.

5.1.1. Incidência

De acordo com o art.º 13º do CIRS, "Ficam sujeitas a IRS as pessoas singulares que residam em território português e as que, nele não residindo, aqui obtenham rendimentos".

Pessoas singulares não são apenas os contribuintes individuais, mas também os empresários em nome individual, os profissionais liberais e o Estabelecimento Individual de Responsabilidade Limitada (EIRL). De referir que também os membros de pessoas coletivas abrangidos pelo regime da transparência fiscal, previsto no art.º 6º do Código do Imposto sobre as Pessoas Coletivas (CIRC), nomeadamente

os sócios das sociedades de profissionais, são pessoas singulares e por isso sujeitos passivos de IRS.

5.1.2. Categorias de Rendimento

O IRS está organizado de acordo com as seguintes categorias de rendimentos:

- **Rendimentos da categoria A:** rendimentos do trabalho dependente. Nesta categoria estão incluídos os rendimentos resultantes de contratos de trabalho ou de contrato legalmente equiparado a contrato de trabalho, a saber: salários, vencimentos, gratificações, percentagens, comissões, participações, subsídios ou prémios, senhas de presença, emolumentos, participações em coimas ou multas, entre outros;
- **Rendimentos da Categoria B:** rendimentos de natureza profissional ou empresarial. A maioria dos rendimentos desta categoria são auferidos pelo exercício de profissões chamadas "liberais" ou de "recibos verdes" assim como os rendimentos dos empresários em nome individual;
- **Rendimentos da Categoria E:** rendimentos de capitais. Os rendimentos da categoria E não dependem do trabalho, mas da aplicação de capitais. Nesta categoria incluem-se nomeadamente, os juros de contratos de mútuo, de suprimentos, de depósitos à ordem ou a prazo, os lucros das empresas, os rendimentos das unidades de participação em fundos de investimento, os rendimentos provenientes de contratos que tenham por objeto a cessão ou utilização temporária de direitos da propriedade intelectual ou industrial, etc.;
- **Rendimentos da Categoria F:** rendimentos prediais. São considerados rendimentos desta categoria as rendas dos prédios rústicos, urbanos e mistos pagas ou colocadas à disposição dos respetivos titulares;
- **Rendimentos da Categoria G:** incrementos patrimoniais, também designados por mais-valias;
- **Rendimentos da Categoria H:** rendimentos de pensões. Pensões são as prestações obtidas a título de pensões de aposentação ou de reforma, velhice, invalidez, ou de sobrevivência e que não sejam consideradas como rendimentos do trabalho dependente;

Alguns rendimentos não são sujeitos à tributação em sede de IRS, por serem objeto de tributação noutros impostos, ou por razões de política fiscal. São eles:

- **Prestações** efetuadas pelas entidades patronais para regimes obrigatórios de segurança social;
- **Proveitos** resultantes de atividades agrícolas, silvícolas e pecuárias cujo valor bruto não exceda por agregado familiar cinco vezes o valor anual do salário mínimo mais elevado;
- As **importâncias** recebidas a título de reembolso de despesas efetuadas em nome e por conta do cliente dos titulares dos rendimentos profissionais da categoria B;

- Os **abonos de família**, os subsídios de refeição, os abonos para falhas, as ajudas de custo, as importâncias auferidas pela utilização de automóvel próprio em serviço da entidade patronal e as importâncias auferidas a qualquer título por extinção do vínculo laboral – desde que não excedam os limites legais;
- As **indemnizações** recebidas ao abrigo de contratos de seguros, nas condições previstas na lei.
- Os **prémios** atribuídos a praticantes de desportos de alta competição;
- Os **rendimentos** da atividade de profissionais de espetáculos quando tributados em sede de IRC;
- Os **prémios** literários, artísticos ou científicos, quando não envolvam a cedência temporária ou definitiva dos direitos de autor:

5.1.3. Apuramento do Imposto

- Ao rendimento obtido em cada uma das categorias acima descritas, subtraem-se as respetivas deduções específicas que são, grosso modo, as despesas indispensáveis à obtenção do rendimento, previstas na lei, obtendo-se assim o rendimento líquido de cada categoria.
- Somando-se o rendimento líquido de todas as categorias, obtém-se o rendimento global líquido;
- A este rendimento aplica-se o quociente conjugal, no caso de contribuintes casados ou unidos de facto que tenham optado pela tributação conjunta. Assim, divide-se o rendimento global líquido por dois, com o objetivo de definir a taxa aplicável;
- Ao rendimento aplicamos a taxa a constante na tabela do art.º 68 do CIRS da seguinte forma
- Sabendo a taxa aplicável, multiplica-se o rendimento pelo seu valor.
- A este valor, os contribuintes poderão subtrair as seguintes deduções à coleta: aos sujeitos passivos, seus dependentes e ascendentes, às despesas de saúde, às despesas de educação e formação, às importâncias respeitantes a pensões de alimentos, aos encargos com lares, aos encargos com imóveis e equipamentos novos de energias renováveis, aos encargos com prémios de seguros, às pessoas com deficiência, à dupla tributação internacional, aos benefícios fiscais. Os valores de cada uma destas deduções, estão previstos nos artigos 79º a 88º do CIRS;
- Com esta operação apura-se o imposto a pagar, ao qual se terá ainda de subtrair os pagamentos por conta e as retenções na fonte que o contribuinte eventualmente tenha realizado, que não são mais do que simples adiantamentos do imposto;
- Se aquela diferença for positiva, haverá imposto a pagar; caso contrário, haverá imposto a recuperar.

5.1.4. Aplicação de Taxas ao IRS

Além das taxas anteriormente referidas, que se denominam de "taxas gerais", o IRS usa também outras taxas:

- **Taxas liberatórias** - cuja função é a de libertar o contribuinte de obrigações declarativas e de pagamentos adicionais de imposto, exceto se, optar por englobar os rendimentos a elas sujeitos;
- **Taxas especiais** - que tributam sobretudo rendimentos obtidos em território português por não residentes, bem como determinados rendimentos auferidos por residentes, tais como gratificações, mais-valias de participações sociais, warrants autónomos e outros instrumentos financeiros derivados, lucros e juros distribuídos por entidades não residentes, quando não sujeitos a tributação por retenção na fonte;
- **Taxas de tributação autónoma** - Incidem sobre despesas não documentadas, pagamentos a residentes em regimes fiscais privilegiados e, quando o contribuinte disponha ou deva dispor de contabilidade organizada, sobre as despesas de representação, despesas com viaturas e ajudas de custo nos termos previstos na lei.

6. CONCLUSÃO

Embora ninguém goste de pagar impostos, eles fazem parte do nosso quotidiano, mais concretamente nosso sistema financeiro.

Com o desenvolvimento do Estado Social os tributos passaram a contribuir para o financiamento de muitas tarefas ou atividades.

Na realidade, são eles que financiam o Estado, por exemplo em áreas como a saúde, a educação, os transportes e vários outros benefícios sociais. O imposto permite igualmente o financiamento de bens públicos.

Quer isto dizer que, na prática, todos beneficiamos dos impostos que pagamos.

7. Referências

- Portal Gestão – O que é o IRS
- Wikipédia – Imposto sobre o Rendimento de Pessoas
- e-konomista – Sabe o que é o IRS e para que serve?